

# Participação marroquina na construção da comunidade muçulmana em Portugal<sup>o</sup>

Rita Gomes Faria

Universidad Autónoma de Madrid\*

[rita.gomesfaria@uam.es](mailto:rita.gomesfaria@uam.es)

Nesta comunicação aproximar-nos-emos, de forma muito sucinta, ao fenómeno da imigração marroquina em Portugal. Tentaremos compreender se, num momento de saturação dos países que tradicionalmente recebem imigrantes marroquinos, Portugal pode constituir uma alternativa considerando alguns elementos sociais, históricos e religiosos que funcionariam como factores de integração.

**Palavras-chave:** imigração, marroquinos, religião, comunidade, integração.

Muito bom dia, antes de começar gostaria de agradecer à Associação Portuguesa de Antropologia e principalmente à Prof. Nina Clara Tiesler pela possibilidade de participar neste Congresso. O trabalho que hoje apresento integra-se numa investigação em curso sobre a integração de Portugal na rede transnacional de imigração marroquina e sobre a permeabilidade da fronteira luso-espanhola por parte destes sujeitos migrantes. Assim, mais que constatar dados, venho referir hipóteses num momento concreto da investigação.

A análise dos resultados da regularização extraordinária de imigrantes realizada em Portugal no ano de 1996, levou a que diferentes investigadores chamassem a atenção, ainda que subtilmente, para a aparição inesperada de regularizados de nacionalidade marroquina. O interesse pela investigação do fenómeno da imigração marroquina para Portugal surge pela possibilidade de completar o quadro visual sobre

---

<sup>o</sup> Uma versão desenvolvida desta conferência poderá encontrar-se na revista *Lusotopie (Brill), Vol. XIV (1), "Islam en lusophonie"* (2007) com o título "Marroquinos em Portugal: imigração, religião e comunidade".

\* Esta conferência integra-se numa investigação em curso no âmbito da pesquisa de doutoramento em realização na Universidad Autónoma de Madrid financiada pela Fundação para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Portugal).

imigração marroquina na Europa mas também, observando desde a perspectiva espanhola, por nos parecer que Portugal poderia ser a sequência directa da evolução do fenómeno – tal como Espanha e Itália vão estabelecer-se como destinos para estes migrantes no momento em que países como a França, Holanda, Bélgica e a Alemanha fecham as suas fronteiras à imigração, também Portugal parecia ser a alternativa lógica a uma certa saturação do mercado espanhol<sup>1</sup>.

### **Marroquinos em Portugal**

Ainda que se encontre relativamente perto de Marrocos e que no seu principal país vizinho, Espanha, a população marroquina seja uma das mais importantes dentro da comunidade imigrante, em Portugal a questão da imigração marroquina constitui uma novidade. Como sabemos, os imigrantes que tradicionalmente se dirigem para Portugal são originários dos chamados PALOP e do Brasil, mas as regularizações extraordinárias dos anos 90 apontam para um fenómeno que posteriormente se confirmou com o processo de pedidos de autorizações de permanência do ano 2001: por um lado a nova presença massiva em Portugal de cidadãos oriundos de países do Leste da Europa, e por outro a aparição e crescimento (constante mas discreto) de pessoas provenientes do norte de África, principalmente de Marrocos. No relatório sobre as migrações mediterrâneas publicado pela Comissão Europeia (Fargues 2005), o *Ministère des Affaires Étrangères et de la Coopération* marroquina contabiliza 2866 marroquinos a viver em Portugal, dos quais 778 estão contabilizados pelo *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* português como detentores de uma autorização de residência e os restantes de autorizações de permanência. Discutindo a questão com alguns dos informantes desta investigação eles próprios se negam a acreditar na sua validade. Pela existência de uma relevante bolsa de imigrantes marroquinos irregulares que não se encontram contabilizados pelas instituições oficiais, mas também pelo facto de Portugal não constituir um destino final do processo migratório. Segundo os próprios sujeitos, o acesso a um documento oficial que lhes permita uma residência legal em Portugal (inclusive para aqueles que esperaram os dez anos necessários para receber a

---

<sup>1</sup> A única investigação até agora realizada sobre o tema encontra-se publicada: CABRAL 2003.

nacionalidade) permite-lhes atingir o seu objectivo final que é a “verdadeira Europa” – França, Alemanha, Holanda, país onde a maioria tem família já instalada.

### **A imigração marroquina na Europa**

Os movimentos migratórios marroquinos remontam a épocas anteriores ao período colonial. Por essa altura dirigiam-se a países do Médio Oriente e da África ocidental. Os primeiros marroquinos que chegam à Europa são comerciantes que se instalam em França e em Inglaterra pela metade do século XIX. Já no século XX, e principalmente a partir do *boom* económico do pós-II Guerra Mundial, vários são os acontecimentos (simultâneos) que “empurram” os nacionais marroquinos para os países europeus: A) a guerra de independência argelina provocou o regresso a França das empresas instaladas na região norte da Argélia, o que levou ao seguimento dos trabalhadores rifeños para o território francês, atrás dos seus empregadores; B) durante a mesma época, Marrocos vive um momento de explosão demográfica o que acentua um certo desequilíbrio entre a população e os recursos naturais e económicos do país; C) mas as principais saídas são provocadas pela assinatura dos primeiros acordos de mão de obra entre países como a França, a Alemanha, a Holanda e a Bélgica, que vão abrir os primeiros canais de imigração (pendular) massivos. Os anos 70 do século XX assistem à grave crise de petróleo que provoca o fecho das fronteiras europeias e o início da chamada “imigração zero”. O fenómeno entra numa segunda fase, de assentamento e de diversificação de destinos. Os países do norte e centro da Europa mantêm um único canal de imigração aberto através do reagrupamento familiar (primário e secundário) o que provoca por um lado uma estabilização das populações, e por outro o aumento das entradas irregulares. Como alternativa os trabalhadores marroquinos dirigem-se então para países como a Líbia e a Arábia Saudita (com uma capacidade - de recursos e de interesse político - de recepção de imigrantes muito limitada), e para Espanha e Itália que demonstram ser regiões nas quais era possível (principalmente devido à inexistência de uma legislação relativa aos movimentos de imigração) a permanência daqueles que não conseguiram passar as fronteiras do norte

economicamente mais vantajoso (Teim 1996)<sup>2</sup>. Nestes anos 70 e 80 Portugal ainda não era considerado um destino mas a crescente politização e mediatização (além do tratamento negativista do tema que os media espanhóis estão a desenvolver e da preferência pela imigração originária da América do sul e de países do leste europeu) da questão migratória que verificamos a partir dos anos 90 em Espanha<sup>3</sup>, levou-nos a pensar que Portugal poderia ser o próximo passo.

### **O potencial integrador**

Por outro lado, consideramos, também, inicialmente que Portugal poderia (potencialmente) como um destino alternativo baseando-nos em alguns supostos que poderiam funcionar como meios de integração positiva dos marroquinos por parte dos portugueses: A) uma certa construção da identidade nacional baseada na capacidade de adaptação ao outro resultante da experiência histórica do contacto cultural (na boa tradição do luso-tropicalismo); B) a tradição do arabismo português que procura aproximar-se da academia europeia orientando parte do próprio território português; C) a recuperação da presença “árabe” no território e identidade portuguesas através da redignificação dos espaços arqueológicos do Al-Andalus; D) e por último a forma como os últimos governos portugueses têm tentado recuperar estas distintas tradições para a construção de um papel de mediador político entre a Europa e o mundo árabe, tendo o governo marroquino como interlocutor do outro lado do mediterrâneo<sup>4</sup>.

Cardeira da Silva recorda numa publicação recente (Cardeira da Silva 2005), como David Lopes (responsável pela institucionalização do arabismo em Portugal)

---

<sup>2</sup> No caso espanhol os primeiros assentamentos de marroquinos realizam-se na Catalunha, formam-se claramente por indivíduos que não ultrapassaram a fronteira com França e que ficaram a trabalhar na Catalunha (que no final dos anos 70 indicava um aumento da industrialização e que por isso agradecia estes novos trabalhadores). Ver TEIM 1996.

<sup>3</sup> Visível principalmente durante o governo do Partido Popular que assumiu a luta contra a imigração irregular como um dos seus principais papéis ante a União Europeia e para tal a imagem da *patera* como metáfora dessa irregularidade. A imigração foi muito utilizada pelo PP como instrumento na luta económica e política com o governo do Reino de Marrocos em debates sobre distintas temas, como por exemplo a pesca.

<sup>4</sup> Ver por exemplo *Público*, 1993, “Acordos com Marrocos”, edição de 26-01-1993, página 24; *Público*, 1994, “Portugal e Marrocos inauguram cimeira anual” edição de 30-05-1994, página 2-3; *Público*, 1997, “MAI de Marrocos em Lisboa” edição de 17-05-1997, página 9. Ver também o jornal *Público* nos dias posteriores aos atentados de Madrid de 10 de Março de 2004.

definiu o Portugal histórico através de três dimensões “paranacionais”: a presença dos árabes na Península, a presença dos próprios portugueses em Marrocos e a presença dos portugueses no Oriente. E como no pós-25 de Abril de 1974 o processo de reconstrução nacional e de desenvolvimento económico regional passou por uma exploração do potencial turístico e económico que os vestígios e a herança árabes poderiam implicar. Mértola abriu caminho para que as regiões norte e sul do país se apercebessem das vantagens da reabilitação de material arqueológico sempre sustentado por uma promoção turística do mesmo através da escenificação da vida quotidiana em feiras e mercados da época do Al-Andalus. A nível local, Mértola, Castro Marim, Cacela Velha, Silves, Castro Verde, Lagos e Sintra, associam a redignificação da imagem dos árabes na história e identidade nacionais servindo por um lado uma folclorização e reinvenção da memória, mas também uma dimensão política de encontro com os países árabes do mediterrâneo<sup>5</sup>. E a nível nacional diversos governos portugueses, nessa encruzilhada entre a Europa e os países árabes, procuraram personificar o papel do mediador de conflitos, de ponte de diálogo que a proclamada genética diversa (árabe, judaica e crista, num multiculturalismo tolerante que ascende à idade média) permite. Até que ponto esta recuperação da essência árabe na identidade nacional leva a uma real facilidade de integração dos árabes (marroquinos) contemporâneos que escolhem este país para residir?

### **O contexto de integração**

Os imigrantes marroquinos que se encontram em Portugal enquadram-se perfeitamente como sujeitos do que Tiesler (2005) chamou a *pós-descolonização*, uma nova fase de imigração caracterizada por novos padrões de imigração independentes do passado colonial, exteriores ao mundo lusófono e integrados em trajectórias migratórias globalizadas.

---

<sup>5</sup> Fez e Marraquexe transformam-se nas cidades guardiãs de uma identidade que pode ser explorada economicamente para aproximar-se do ideal imaginário dos portugueses. Aí se encontra o stock identitário tradicional que se pode conjugar com o imaginário do exotismo árabe economicamente operacional.

O colectivo com o qual trabalhamos nesta investigação é constituído por pessoas que seguem um padrão de imigração por imperativos económicos. As trajetórias da maioria dos informantes caracteriza-se por uma forte mobilidade e em geral a sua presença em Portugal está marcada por uma temporalidade associada a um objectivo. Dentro do universo dos marroquinos que vivem em Portugal podemos encontrar distintas categorias: os imigrantes económicos regularizados, os imigrantes económicos irregulares e os estudantes - que em muitos casos desenvolvem paralelamente actividades económicas (Freire 1999). Estes grupos não são uniformes. As relações que os nossos informantes constituem no país de acolhimento são circunstanciais - partilham elementos étnico-culturais que contextualmente os afirmam a todos como marroquinos mas existem numa distância já que entre os diferentes indivíduos ou colectivos não se criam tecidos que os unam a todos como comunidade em Portugal. No entanto, o circuito da imigração e a forte mobilidade vivida por todos os sujeitos levam-nos a participar da comunidade transnacional marroquina – quase todos têm membros da unidade familiar dispersos pelo mundo, principalmente pela Europa, e em muitos casos o seu próprio percurso individual é marcado pela transnacionalidade.

### **Participação na comunidade islâmica**

Quando os marroquinos chegam a Portugal encontra-se já constituída a Comunidade Islâmica de Lisboa, uma instituição constituída principalmente por indivíduos oriundos das antigas colónias portuguesas que se esforçaram desde o início na construção de uma relação positiva e apolítica com o Estado e com a sociedade de acolhimento (Tiesler 2000). Os anos 90 observam uma diversificação das origens dos imigrantes muçulmanos mas estes “pioneiros” permanecem como porta-voz da comunidade, elaborando agora um discurso universalizante do Islão e integrador dos distintos membros da *umma* (Mapril 2005) - numa adaptação à nova realidade através de subalternização da etnicidade. No entanto, como Roy (2003) afirmou, este Islão como fenómeno mundializado encontra-se sujeito a fenómenos como a individualização da relação com a religião e a comunitarização do grupo religioso.

A vivência dos marroquinos em Portugal provoca uma transformação na sua religiosidade – na forma como estes indivíduos vivem a sua relação com a religião (Roy 2005). O espaço da mesquita de Lisboa não se traduz num elemento catalizador das sociabilidades e configurações identitárias destes marroquinos que vivem em Lisboa. Os sujeitos elaboram um discurso político sobre a realidade da mesquita central que é o local de reunião de africanos e indianos e não de árabes ou magrebinos. Existe uma dissociação para com as actividades da mesquita central e para com o culto o que impede uma prática religiosa quotidiana. O facto de representarem uma diferença em relação aos representantes dos muçulmanos em Portugal, não impede a sua integração na comunidade a nível local. Observa-se um distanciamento do principal protagonista do Islão em Portugal – a Mesquita Central e a Comunidade Islâmica de Lisboa (com cuja identidade e discurso não se sentem identificados) – e uma privatização do Islão ou uma participação em comunidades religiosas particulares. Ainda que a participação na vida religiosa da Mesquita Central de Lisboa seja praticamente nula, em pequenos locais de culto nos arredores de Lisboa (como no caso do local de culto de Forte da Casa) ou noutras regiões do país é mais activa (como é o caso do local de culto de Faro para cuja criação há cerca de quatro anos diversos imigrantes marroquinos participaram activamente<sup>6</sup>).

### **Visibilidade e religiosidade feminina**

Segundo os próprios informantes há um outro elemento que os distancia da comunidade islâmica portuguesa: uma imagem exterior, principalmente feminina, distinta e imediatamente associável à religião islâmica. O lenço é instrumentalizado por algumas destas mulheres de múltiplas formas numa estratégia de integração na sociedade de acolhimento mas também de manutenção de direitos e de um determinado estatuto num contexto diverso ao da sua sociedade original. Ramírez (1998) refere, para o caso da mulheres marroquinas em Espanha, como o contexto de saída condiciona uma situação determinada da mulher no país de imigração. O sistema de estratificação de género em Marrocos define que o projecto de vida feminino é dependente do masculino

---

<sup>6</sup> No Verão do ano 2005 a Comunidade Islâmica de Lisboa não tinha sequer informação da sua existência.

mas parece ser que a imigração permite uma adaptação da condição feminina e das restrições culturais à mobilidade feminina. Por outro lado Abranches (2005) observa em Portugal como as mulheres muçulmanas imigrantes utilizam as transformações características da sociedade ocidental na (re)construção das duas identidades, podendo a condição feminina ser estrategicamente manipulada.

Algumas mulheres, principalmente as que não realizaram um trajecto imigratório individual e cuja presença no terreno da imigração resulta da reagrupamento familiar, instrumentalizam o papel da mulher muçulmana de forma a recuperar direitos que consideram que estão a perder em contexto imigratório. O lenço é então utilizado na luta pela recuperação de um papel dentro do espaço íntimo da casa familiar. Outras, num contexto de incorporação ao mercado de trabalho (subalterno) referem como o lenço lhes permite participar e auxiliar a economia familiar, agora transnacional, numa tentativa de conjugar fidelidade às origens mas também modernidade e autonomia pessoal. Algumas destas mulheres, por exemplo, auto-orientalizam e personificam a imagem de árabo-muçulmanas nas festas “árabes” e nas feiras de artesanato oriental regionais que se realizam principalmente durante o Verão e que fazem reviver, e “mercadorizam”, a época da presença árabe em Portugal.

### **Notas finais**

Portugal resulta ser um contexto difícil para a imigração marroquina. O reduzido número e a dispersão territorial dos nacionais marroquinos que vivem em Portugal dificulta a constituição do que se pode chamar uma comunidade de marroquinos no país. O colectivo de marroquinos que vive em Portugal ainda é maioritariamente constituído por homens, muitos deles em situação de irregularidade ante a legislação portuguesa. No entanto até há três anos atrás parecia que este fluxo estava a entrar numa segunda fase, com o início de processos de reagrupamento familiar, com o nascimento das primeiras crianças em Portugal e com a criação das primeiras associações de imigrantes marroquinos. No entanto estes sujeitos parecem mais interessados na participação na comunidade muçulmana transnacional do que na construção de uma comunidade em Portugal. Este país continua a ser manipulado como um passo num

projecto migratório que se quer terminar em França ou na Holanda, países que constituem, segundo os informantes, a “verdadeira” Europa. Ao viver debaixo de uma consciência de temporalidade restrita, a comunidade islâmica, ainda maioritariamente “portuguesa”, não representa para estes indivíduos um colchão interessante de integração. Também esta reanimação do árabe em Portugal parece não servir realmente como aproximação aos árabes contemporâneos que vivem no país. Uma informante dizia:

(...) se estás ao balcão numa loja que vende coisas árabes, como me aconteceu lá em baixo na loja da Fátima [Olhão]... ou se vais aquelas feiras onde ela vai com o marido, todos te perguntam de onde é que és. E é que nem pensam que usas o lenço porque és muçulmana. Mas aqui no meu bairro [num polígono industrial em Carcavelos], é só sair à rua que ficam todos a olhar para mim... Uma vez com a Karima na rua uma senhora tirou a cabeça pela janela do carro e chamou-nos terroristas.[...] Eu quero é ir para casa da minha cunhada [França]. [...] Aqui nem o imã da mesquita nos defende. Sabes, ele é do Paquistão e na mesquita falam todos português, não querem saber do que dizem dos árabes.  
(Loubna, 26 anos, há três anos a viver em Portugal)

Nesta transcrição podemos observar a distância que existe entre a recuperação da memória histórica do legendário passado árabe na identidade portuguesa e a dificuldade de integração da realidade dos marroquinos contemporâneos que vivem no país.

### **Bibliografia:**

ABRANCHES, Maria, 2005, “Mulheres muçulmanas em Portugal: formas de adaptação entre múltiplas referencias” in *SOS RACISMO Imigração e Etnicidade. Vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*. Lisboa, SOS Racismo, pp. 149-179.

CABRAL, Alcinda (ed.), 2003, *Imigração Marroquina*. Porto, edições Universidade Fernando Pessoa.

CARDEIRA DA SILVA, Maria , 2005, “O sentido dos árabes no nosso sentido. Dos estudos sobre árabes e sobre muçulmanos em Portugal” in *Análise Social. Europa e Islão*. Nº 173, Vol. XXXIX (Inverno), pp. 753-806.

FARGUES, Philippe (ed.), 2005, *Migrations Méditerranéennes. Rapport 2005*, European University Institute y European Commission – Europe Aid Cooperation Office (Euromed).

FONSECA, Maria Lucinda, João Alegria e Alexandra Nunes, 2004, “Immigration to medium sized cities and rural areas: the case of eastern Europeans in the Évora region (southern Portugal)” em BAGANHA, Maria Ioannis e Maria Lucinda Fonseca (eds.) *New Waves: migration from eastern to southern Europe*, Lisboa, Luso-American Foundation, pp. 91-118.

FREIRE, Francisco, 1999) *Do Yemen ao Dafundo. Itinerários para a construção de uma masculinidade*. Monografia de licenciatura em Antropologia, FCSH-UNL, policopiado.

MACHADO, Fernando Luís, 1997, “Contornos e especificidades da imigração em Portugal” em *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 24, pp. 9-44.

MAPRIL, José, 2005, “‘Bangla masjid’: Islão e bengalidade entre os bangladeshianos em Lisboa” in *Análise Social. Europa e Islão*. Nº 173, Vol. XXXIX (Inverno), pp. 851-873.

MARQUES, Maria Margarida, Nuno Dias e José Mapril, 2005, « Le ‘retour des caravelles’ au Portugal: de l’exclusion des immigrés à l’inclusion des lusophones ? » in RITAINE, Évelyne (dir.) *L’Europe du Sud face à l’Immigration. Politique de l’étranger*. Paris, PUF, pp. 149-183..

MOREIRA, Ana Rita, 2000, *Ideias, Práticas e Instituições do Arabismo Português*. Monografia de licenciatura em Antropologia, FCSH-UNL, policopiado.

PEREIRA BASTOS, José Gabriel e Susana Pereira Bastos, 2002, “Imigrantes, minorias étnicas e minorias nacionais em Portugal, hoje: da exclusão social e identitária ao multiculturalismo?” em SOS RACISMO (ed.) *A Imigração em Portugal. Os movimentos humanos e culturais em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, 273-288.

RAMÍREZ, Ángeles, 1998, *Migraciones, Género e Islam. Mujeres marroquíes en España*. Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional.

ROY, Olivier, 2003, *El Islam Mundializado. Los musulmanes en la era de la globalización*. Barcelona, Ediciones Bellaterra.

ROY, Olivier, 2005, *El Islam en occidente: ¿La occidentalización del Islam?*, Transcrição editada da Conferência realizado no FRIDE, Madrid.

TEIM, 1996, *Atlas de la Inmigración Magrebí en España*. Madrid, Universidad Autónoma de Madrid Ediciones.

TIESLER, Nina Clara, 2000, “Muçulmanos na margem: a nova presença islâmica em Portugal” in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 34 (Dezembro), pp. 117-144.

TIESLER, Nina Clara, 2005, “Novidades no terreno: muçulmanos na Europa e o caso português” in *Análise Social – Europa e Islão*, nº 173, vol. XXXIX (Inverno), pp. 827-849.

Artigos de jornais:

*Público*, 1993, “Acordos com Marrocos”, edição de 26-01-1993, página 24.

*Público*, 1994, “Portugal e Marrocos inauguram cimeira anual” edição de 30-05-1994, página 2-3.

*Público*, 1997, “MAI de Marrocos em Lisboa” edição de 17-05-1997, página 9.